

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 44

*Reunião de 15/12/24*  
*Francisco Fernando da Encarnação Dias*  
*Presidente*

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em sessão ordinária sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Sachetti Malheiro Távora, Primeiro e Segundo Secretários eleitos respectivamente e com a presença dos Vogais Francisco José Ferreira de Carvalho, Henrique Manuel Marques Domingos, Maria José Pimentel Martins Cipriano, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Fernando da Conceição Mendes, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves, António Correia Marques da Silva, Rui José Gomes de Brito, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, António Henrique Sancho, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, António Ferreira da Silva, Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 9.30 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Eduardo António Ramalheira, Maria Helena dias Camelo, João Pereira Soares, António Rocha Dias de Andrade, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ester da Conceição Rocha Martins, António Manuel de Almeida Alves, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Fernando Queirós de Almeida e Silva, António José Valente, Silvério Conde Teixeira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Simões Madail, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Celestino Alberto dos Santos Antunes.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos Vogais Celestino Antunes, Fátima Cardoso Faria, António Manuel Machado e Maria Helena Camelo, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

*Alcides*

Ainda no uso da palavra, o Presidente informou que o Vogal Antônio Manuel Soares Machado apresentou um pedido de suspensão do mandato por um período de cento e oitenta dias, a contar da presente data e que já se procedeu à convocação do membro substituto que será o Senhor Francisco José Ferreira de Carvalho.

Imediatamente a seguir submeteu à aprovação as seguintes actas:

ACTA Nº 40- Aprovada por vinte e dois votos a favor e três abstenções.

ACTA Nº 41- Aprovada por vinte votos a favor e cinco abstenções.

Seguidamente, deu-se início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Vogal Antônio Correia da Silva, no uso da palavra, deu nota da sua participação na vigília efectuada pelos professores e promovida pelo correspondente Sindicato da Região Centro, para exigirem o cumprimento das justas reivindicações, muitas das quais comuns à Função Pública, manifestando a sua total solidariedade, pois considera que é falta de ética política pretender, com os sucessivos aumentos do custo de vida, "mimosear" os funcionários públicos com um aumento de cerca de 16% e "automimosear" o Governo com um aumento superior a 50% para determinados cargos políticos. Mais considera que, se existem dificuldades, que se repartam por forma a que não haja injustiças.

Ainda no uso da palavra aquele Vogal, reportando-se à convocatória da presente reunião e inclusão na mesma da apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para o ano de 1985, considera lamentável que o OGE ainda nem sequer esteja aprovado pelo Governo perguntando, assim, como será possível às Câmaras Municipais planear e orçar se não sabem quais as transferências de verbas que lhes serão atribuídas.

Seguidamente, o Presidente informou que, tendo sido dirigido um pedido de divulgação da vigília convocada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro e porque não reuniria esta Assembleia antes da data marcada, entendeu por bem fazer circular por todos os membros desta Assembleia uma cópia da referida convocatória.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para se reportar às más condições de funcionamento da Escola Primária do Solposto, nomeadamente no aspecto higio-sanitário e sugeriu que a Câmara providenciasse a construção de sanitários equipados com

F. L. P.

chuveiros, dado que a zona onde se insere aquele estabelecimento de ensino no é de um nível social muito baixo e sem hábitos de higiene, situações que poderiam ser minimizadas com equipamentos que permitissem a implementação de banhos rápidos, especialmente às camadas mais jovens.

No âmbito da habitação social perguntou quando serão publicados os resultados do concurso efectuado para atribuição de casas em Santiago e conseqüentemente, quando serão as mesmas entregues aos respectivos candidatos. Relativamente à reserva de casas de função, perguntou porque motivo a Câmara ainda não procedeu ao pedido de reserva das referidas casas de função a que tem direito, visto que há muitos munícipes que só recorrendo àquele tipo de casa terão possibilidades de serem contemplados.

Concluindo a sua intervenção, aquela Vogal referiu que, havendo sete casas na Urbanização da Quinta do Grinê atribuídas mas ainda fechadas, as mesmas foram recentemente ocupadas ilegalmente, com alguns prejuízos causados. Assim, perguntou se as mesmas já foram atribuídas e porque motivo ainda não foram entregues.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por considerar a ideia da implementação de chuveiros nas escolas primárias muito interessante e que serão encetadas diligências pela Câmara nesse sentido.

Relativamente às questões colocadas no âmbito da Urbanização de Santiago, informou que se prevê que as habitações estejam concluídas durante o mês de Fevereiro salientando, no entanto que a sua distribuição depende da conclusão das infraestruturas de saneamento. Mais informou que foram encetadas diligências quanto ao pedido de reservas de casas de função na zona de Santiago para que se possam resolver variados tipos de realojamento, que ainda assim são em número superior ao das casas reservadas, daí que a Câmara tenha tomado a iniciativa de manter desocupadas algumas habitações na Urbanização da Quinta do Grinê, algumas das quais foram ocupadas ilegalmente.

Seguiu-se breve troca de impressões entre a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo e o Presidente da Câmara, tendo este prestado alguns esclarecimentos relativamente à legislação vigente sobre a problemática da atribuição de habitação social salientando que, embora aquela legislação esteja logicamente elaborada, provoca situações de injustiça às quais a Câmara tentará minimizar através da deliberação tomada quanto às situações de emergência moral.

*Vitor Silva*

De seguida, tomou a palavra o Vereador Eng. Vitor Silva para dar nota dos esforços desenvolvidos pela Câmara no âmbito da recuperação de várias escolas primárias bem como na manutenção de obras, e informar que relativamente à escola do Solposto, a Câmara vai proceder a vários melhoramentos no início do próximo ano.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Rui de Brito para se reportar ao edifício que serviu de instalação ao Fundo de Fomento de Habitação perguntando se está nos planos da Câmara promover a sua restauração integrando-o na Urbanização da zona pois que, a ser assim e a não se tomarem medidas urgentes, a sua recuperação tornar-se-á mais dispendiosa dado que, dia após dia, o mesmo vai sendo degradado pela situação de abandono a que está votado.

Ainda no uso da palavra aquele Vogal, reportando-se ao Plano existente quanto à integração das zonas verdes da urbanização de Santiago no prolongamento do Parque Municipal, perguntou se foram alterados tais projectos, pois que o facto de se estarem a construir vivendas na Rua das Pombas, de algum modo impede a interligação das zonas verdes citadas.

De novo no uso da palavra e reportando-se à questão colocada sobre o edifício que serviu de instalações ao FFH, o Presidente da Câmara informou que o mesmo ainda pertence àquele organismo, embora se aguarde a sua transferência para o património da Câmara que tomará providências no sentido da sua preservação. Mais informou que, embora tenham sido autorizadas construções na Rua das Pombas, a ligação da zona verde de Santiago à zona desportiva e parque manter-se-á conforme o projecto efectuado, através de uma penetração de cerca de quarenta metros, apesar de se considerar não ser esta a melhor solução.

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Oliveira alertou a Câmara para a necessidade de se tomarem providências no sentido da recuperação das bermas da via que liga Esgueira a Cacia, dado que o seu mau estado não só tem provocado alguns acidentes como não permite o melhor aproveitamento daquela via em termos de circulação.

Reportando-se de seguida, à recente publicação do livro "Cacia e o Baixo Vouga", manifestou o seu regozijo pelo facto, salientando que tal publicação deveria funcionar como estímulo para outras iniciativas semelhantes no que se refere ao levantamento de outras zonas do concelho. Destacou ainda a acção desenvolvida pela Câmara pela forma como apoiou o lançamento da obra.

Fevereiro 5  
J. P.

Em resposta às considerações tecidas, o Presidente da Câmara informou que, apesar da E.N. 109, nomeadamente no troço compreendido entre o cruzamento da E.N. 230 e a freguesia de Cacia, pertencer à Junta Autónoma de Estradas, a Câmara oficiará àquela entidade alertando-a para o facto.

No âmbito da publicação do livro "Cacia e o Baixo Vouga" informou que a mesma se insere nas linhas de orientação da Câmara quanto ao levantamento das zonas do concelho e apoio a todas as publicações sobre a sua história, para o que considera indispensável o apoio dos Presidentes das Juntas de Freguesia, já que tais iniciativas produzem benefícios do ponto de vista cultural para a comunidade.

Encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, deu-se entrada da Ordem dos Trabalhos.

PONTO Nº 1- COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:

Dando início à sua comunicação o Presidente da Câmara, reportando-se à agenda da presente sessão, e no seguimento das considerações tecidas pelo Vogal António Correia da Silva, salientou que o facto de nela constar a apreciação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para o ano de 1985, fora dos prazos legalmente estabelecidos, o mesmo se deve às dúvidas existentes quanto às transferências de verbas do Estado para as Autarquias, já que neste momento nem o O.G.E. se encontra aprovado.

Abordando de imediato a actividade da Câmara, salientou que dadas as dificuldades financeiras que a mesma atravessa, aquela tem que ser significativamente reduzida por forma a não se criarem situações financeiras gravosas para as próximas gestões, informando que, o actual desiquilíbrio financeiro da Câmara, resulta dos investimentos feitos na aquisição de terrenos para urbanizar e nas dificuldades encontradas na alienação dos mesmos.

Mais informou que a Câmara deliberou efectuar a realização do viaduto no prolongamento directo da Avenida 25 de Abril por administração directa para reduzir os custos e para que se consiga a participação total da mesma, e que as obras da Av. Artur Ravara se encontram paradas fundamentalmente por causa da sua electrificação, que já foi adjudicada.

Reportando-se à problemática das piscinas municipais informou que, embora se mantenha o seu projecto, aquelas não serão municipais porque, sendo um complexo relativamente grande e cujos custos estão orçados em cerca de 160 mil contos, a Câmara não tem disponibilidades financeiras para a sua execução. Porém e considerando a urgência da sua construção, foram feitas algumas diligências no sentido de que aquele

Mello

empreendimento fosse participado pelo Estado e porque as obras realizadas pela Câmara não o poderão ser, foi necessário indicar um clube que sirva de suporte à participação, clube esse que veio a ser o Beira-Mar porque, tendo o Sporting Clube de Aveiro um terreno cedido pela Câmara para a construção das suas piscinas bem como o respectivo projecto, aguarda que a DGERU defira o pedido de financiamento para a construção daquele empreendimento pelo que não faria sentido indicar este clube como suporte, embora considere desejável e salutar que aquele clube construa as suas piscinas; o terreno cedido ao Sporting não comportava o projecto das piscinas municipais; ao Galitos foram cedidas instalações do novo hangar das lanchas para o seu Pavilhão Náutico e o grande objectivo deste Clube é a construção do seu pavilhão gimnodesportivo, para o que já entregou o correspondente processo na DGERU para a participação. Assim, salientou que, tendo o Galitos o seu pavilhão náutico e o pavilhão gimnodesportivo; o Sporting construa as suas piscinas, as piscinas municipais seriam da responsabilidade do Beira-Mar, que já tem verba atribuída para 1985, mas que estará sujeito a um protocolo de utilização.

Relativamente ao ensino, deu nota do arranque do pré-primário com a criação de três lugares para o efeito, aguardando-se, contudo, a criação de outros já propostos pela Câmara.

No âmbito do desenvolvimento urbanístico, informou que a Câmara está a tentar actuar nas urbanizações de habitação social, nomeadamente no que se refere aos arruamentos, abastecimento de água e iluminação, bem como na urbanização da Av.25 de Abril onde há erros muito sérios no que se refere às cotas de saneamento. Destacou, ainda, o esforço que a Câmara está a desenvolver na freguesia de S. Jacinto, que precisa de intervenções graduais, dada a sua degradação provocada pelas obras do Porto Comercial, bem como no âmbito de habitação social para o que se vão urbanizar terrenos com vista à auto-construção, e tentar dinamizar aquela povoação no sector turístico.

No âmbito do equipamento social, informou que, dadas as enormes carências daquela população e dado que o Ministério dos Assuntos Sociais não tem plano para o efeito, a Câmara vai arrancar com a construção de um infantário, embora posteriormente a Câmara deva solicitar daquele Ministério a devida participação.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Maria Josefa Cipriano, Jaime Machado e Hélder Filipe.

Ainda no uso da palavra o Presidente da Câmara salientou que uma das grandes preocupações da Câmara tem sido elaborar processos para a integração europeia e para o FEDER tendo indicado para tais fins, o aerodro

Ferreira 7

mo militar de S. Jacinto e a sua transformação em aerodromo civil para apoio a toda a região de Aveiro; o Mercado Abastecedor de Aveiro dado o seu impacto regional; as estações de tratamento considerando que a poluição tem uma incidência não só concelhia como também sub-regional; o abastecimento de água; a ligação à auto-estrada porque, no âmbito das prioridades da CEE, as vias de comunicação são consideradas factores prioritários e porque a Câmara não tem capacidade financeira para suportar um encargo estimado em cerca de 600 mil contos; a criação de uma nova zona industrial de tecnologia avançada como forma de se proporcionar uma interligação entre a Universidade de Aveiro e a economia regional.

Reportando-se de imediato à problemática das instalações da Câmara informou que houve necessidade de se proceder ao aluguer de novas instalações para reestruturar os Serviços Técnicos e que já se estabeleceu um acordo para o aluguer das instalações da Casa Liberal que, embora não haja necessidade imediata na sua utilização, seria um crime não as alugar não só para que a Câmara fique na posse de todo o edifício mas também para que os futuros executivos possam recorrer às mesmas.

Concluindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara informou que a Câmara foi contactada para a realização da "ECRAN/85", e que talvez possa ser encarada favoravelmente mas como uma filosofia diferente da realizada em 1984, dado que aquela realização não conseguiu mostrar as reais potencialidades do distrito.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Eng<sup>o</sup> Sequeira Pereira para informar das dificuldades que os Serviços Municipalizados tiveram para cumprir o Plano de Actividades estabelecido para o ano de 1984, provocadas principalmente pela falta de cumprimento dos contratos estabelecidos pelos empreiteiros.

Relativamente à problemática do abastecimento de água e como mais saliente, informou que a montagem do equipamento electro-mecânico no furo do Silval proporcionará as condições indispensáveis para que se efective o abastecimento de água à zona alta do concelho. Mais informou que os Serviços se debateram com algumas preocupações e problemas neste capítulo, dadas as avarias que se têm verificado nos equipamentos electro-mecânicos dos furos existentes.

Ainda no âmbito do abastecimento de água informou que se procedeu à abertura de um novo furo na zona norte do concelho e que será apoiado por um complexo <sup>igual</sup> ao do Silval já adjudicado, e que, embora tal estivesse projectado, não se procedeu ao alargamento <sup>da rede</sup> de águas porque não

8.  
*[Handwritten signature]*

haveria fontes de alimentação, mas que está em curso a empreitada da montagem da rede de distribuição à freguesia de Aradas, nomeadamente às povoações de Verdemilho, Bonsucesso e Quinta do Picado, que irá ser abastecida pelo complexo do Silval. Mais informou que estão concluídas as obras de abastecimento de água a S. Jacinto e que, posto em funcionamento, não tem sido devidamente utilizado pela população ali residente.

No âmbito do sector do saneamento, deu nota da montagem do sistema de recolha e elevação dos esgotos para a estação de tratamento de Santiago, que terá que ser ampliada para o que já está elaborado o correspondente projecto. Porém e dada a grandiosidade do empreendimento, os Serviços terão que solicitar a indispensável participação do Estado. Mais informou que os Serviços têm encontrado algumas dificuldades em receber a importância correspondente à ligação do ramal domiciliário à rede geral mas que, embora seja uma verba significativa, terá que ser recebida porque são Serviços prestados.


Informou, ainda, que já se encontram ligados os sistemas de recolha de esgotos em S. Bernardo e do Eucalipto estando já adjudicada a obra da estação elevatória do Nô -Sul, apenas faltando fazer a conduta elevatória, bem como já foi feita a rede de recolha de saneamento das Alagoas, Quinta do Grinê, apoiada por uma pequena estação elevatória.

No sector dos transportes colectivos, informou que os Serviços se propõem procedêr ao alargamento de uma carreira que venha a servir melhor a população de Cacia, nomeadamente da nova urbanização de Cacia, assim como informou que vai ser aberto concurso para a aquisição de dois autocarros articulados para apoio às chamadas "horas de ponta".

Também no uso da palavra e no concernente a questões ligadas ao trânsito o Vereador Engenheiro Vitor Silva começou por informar que, por força do arranjo urbanístico do Largo do Rossio, o parque de estacionamento para os camiões "TIR" passará a funcionar provisoriamente no Largo do Cojo, dado que já foram encetadas diligências no sentido de se encontrar uma solução definitiva junto da variante. Mais informou que se encontra executado o estudo da solução de trânsito a aplicar junto da Ponte da Pau, estando para breve o inicio das correspondentes obras, bem como se aguarda a apresentação dos estudos solicitados para a reconversão do trânsito da Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Esgotado o período da comunicação, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para proceder à apresentação de uma proposta,



*Shelley* 9. 

no seguimento da sua intervenção no período de antes da ordem do dia que a seguir se transcreve: "Face à indefinição das verbas a atribuir pelo OGE às Autarquias em 1985 propõe-se que esta Assembleia Municipal mandate o Senhor Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal para exigirem como verba mínima de consagração no OGE a de 64 milhões de contos proposta pela Associação Nacional de Municípios, o que se tratuziria em mais 40 mil contos para o Município de Aveiro".

Relativamente às informações prestadas quanto ao Infan-tário de S. Jacinto salientou que, havendo legislação que prevê a colaboração entre os Centros Regionais de Segurança Social e as Autarquias no concernente ao assunto em causa, e sendo uma iniciativa extremamente importante para aquela população não só pelo seu isolamento mas também porque não existem soluções alternativas, deveria o Executivo da Câmara através do seu Presidente forçar a construção daquele equipamento substituindo o Centro Regional que deveria suportar as despesas de exploração por ser também, e até mais, da sua responsabilidade do que das autarquias.

Reportando-se à problemática da integração Europeia e à indicação dos objectivos prioritários para o FEDER, perguntou se foi estudada a hipótese da inclusão do aproveitamento das salinas e da piscicultura dado que constituem uma riqueza grande da região de Aveiro.

Ainda no uso da palavra e relativamente ao arranjo do Largo do Rossio, aquele Vogal perguntou se já foi estudada a hipótese de retirar daquele largo as actuais instalações sanitárias substituindo-as por outras, e se existem alguns estudos que prevejam a hipótese de ligação do trânsito da cidade ao futuro nó rodoviário da via rápida Aveiro-Vilar Formoso a partir do Rossio, por considerar que, desde que tecnicamente possível, seria uma forma de descongestionar o trânsito do centro da cidade.

Mais perguntou quais são as principais deficiências que afectam o edifício torre da Quinta do Canha, e o que está a ser feito para as remediar, bem como solicitou esclarecimentos acerca da existência de garagens clandestinas junto da Rua de S.Martinho, se as mesmas ocupam áreas de terreno camarário e o que está projectado para aquela área dado o seu desordenamento.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal referiu que embora não seja contra a existência de autocarros articulados e dadas as vantagens económicas na sua utilização, poderão ter alguns problemas de mobilidade especialmente nas "horas de ponta". Assim, perguntou se existe algum estudo de afectação a determinadas linhas onde possam ser efectivamente eficazes.

10  
H. L. P.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos solicitados, começando por informar que foram feitos os estudos inerentes à circulação dos autocarros articulados nas artérias da cidade e que, dados os resultados obtidos através dos ensaios efectuados, se comprovou que a cidade suporta a sua circulação. Mais informou que as garagens citadas foram construídas abusivamente e em terrenos camarários pelo que a Câmara irá tomar providências no sentido da sua demolição, até como exemplo para situações análogas. Informou, ainda que, apesar do resultado da vistoria efectuado ao Edifício Torre da Quinta do Canha alertar para a ausência de extintores os mesmos ainda não tinham sido colocados o que acontecerá brevemente, bem como será instalado um sistema de iluminação dos acessos interiores independente do sistema geral de electrificação do edifício.

Relativamente às questões colocadas quanto à possibilidade da ligação viária do Rossio à EN 109/7, informou que tal não será tecnicamente possível dado que está projectado o n.º-rodoviário da via-rápida Aveiro-Vilar Formoso para o lado oposto, mas que está projectada a ligação daquela artéria à Avenida Artura Ravara através das marinhas de sal, que possibilitará o descongestionamento do trânsito no centro da cidade, nomeadamente na época balnear bem como está projectada a ligação das duas margens do Canal Central para o trânsito pedonal junto do Rossio.

No âmbito do processo da integração europeia, informou que as salinas estão consideradas, dado o seu extraordinário valor para a economia local, mas serão indicadas através do Gabinete do Baixo-Vouga por ser uma questão de carácter intermunicipal.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Ulisses Manuel Pereira para se reportar à problemática das piscinas municipais e considerar, face à incapacidade financeira da Câmara anteriormente reconhecida pelo Presidente da Câmara para levar a efeito tal obra, salutar o "volte-face" que o processo sofreu, desde que contribua para que as mesmas deixem de ser um sonho eternamente adiado. Assim, e dadas as informações prestadas acerca do processo, sugeriu que a Assembleia deveria exigir, no protocolo a celebrar entre as várias entidades e o Clube promotor, o constar de uma palavra que permita respeitar os objectivos que desde sempre presidiram à construção das piscinas, ou seja, piscinas abertas à população e destinadas ao serviço de todas as colectividades do concelho, e que a evolução do processo deveria ser permanentemente acompanhado pela Câmara, tendo o Presidente da Câmara informado que fazia questão em apresentar o protocolo à Assembleia assim que estiver definitivamente elaborado.

Também no uso da palavra, o Vogal Lúcio Lemos, após ter algumas considerações inerentes aos esclarecimentos prestados e tendo a Câmara adjudicado por oito mil contos o projecto das piscinas e havendo entidades públicas vocacionadas para o efeito, porque motivo não recorreu a Câmara aos Serviços Técnicos da Direcção-Geral dos Desportos para poder evitar o dispêndio da verba acima referida, tendo o Presidente da Câmara informado que a Direcção-Geral dos Desportos, não faz projectos concretos porque tal lhe está vedado por lei, mas apenas emite pareceres técnicos, daí a necessidade de se ter recorrido a um gabinete especializado.

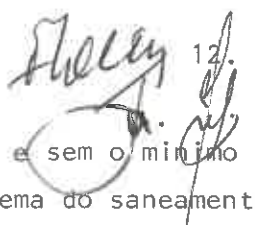
De imediato e no seguimento das dúvidas colocadas, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo perguntou se a verba destinada a custear as despesas da execução do projecto das piscinas iria ou não ser dispendida pela Câmara dadas as opções tomadas, tendo o Presidente da Câmara esclarecido que ainda não tinha sido dispendida qualquer verba nem viria a ser, dado que o referido projecto também deverá ser participado.

Ainda no uso na palavra aquela Vogal manifestou a sua congratulação pelo facto de se verificar que, da recuperação efectuada ao edifício das novas instalações da Câmara, se manteve a traça original da sua fachada o que normalmente se não verifica, sugerindo ainda que a Câmara providenciasse a recuperação da fachada do edifício da Escola Secundária.

Reportando-se ao debate sobre a problemática do viaduto a construir no seguimento da Avenida 25 de Abril e às considerações por si tecidas, considera que as suas criticas eram justas já que o mesmo viaduto vai ser construído no enfiamento directo daquela artéria, segundo projecto aprovado pela Câmara Municipal, com todos os inconvenientes daí resultantes e por si apontados.

Relativamente ao projecto do arranjo urbanístico do Largo do Rossio, considera que esta a ser mal executado, dado que contraria os objectivos que apontam para uma grande praça para vários tipos de manifestações nomeadamente de carácter cultural, político ou outros, e para convívio, quebra o aspecto de vastidão em relação à paisagem e acabará por prejudicar os canais da ria porque deixarão de se ver.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se às considerações tecidas pelo Vereador Engenheiro Sequeira Pereira nomeadamente quando disse que as populações não davam grande importância ao abastecimento de água, considera que tais comentários não passariam de uma graça porquanto, e desde há longa data, uma parte da campanha do PSD contra o Presidente da Câmara era acusá-lo de não fazer o abastecimento de águas, de não substituir a rede

Stacey 12.  


de águas da cidade que se encontrava bastante ultrapassada e sem o mínimo de condições de segurança e de não se preocupar com o problema do saneamento situações que começam a ter finalmente solução, pelo que se congratula. Mais considera que, como já tem afirmado, enquanto o concelho não estiver dotado com as estruturas essenciais, nomeadamente a rede de abastecimento de água, rede de esgotos, distribuição de electricidade e habitação condigna, não devem ser executados projectos de luxo que envolvam dezenas de milhar de contos.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por referir que será possível participar na recuperação da fachada da Escola Secundária como forma de contribuir para o embelezamento da Praça da República, embora tal edifício não seja ainda património da Câmara. Mais informou que o arranjo do Rossio está ser executado segundo o plano apreciado pela Assembleia Municipal que não tinha por objectivos criar uma grande praça para manifestações públicas mas sim uma zona agradável de convívio público, que pensa virá a resultar bem.

Relativamente às considerações tecidas acerca da problemática do abastecimento de água pelo Engenheiro Sequeira Pereira <sup>pensa que</sup> não foram bem entendidas porquanto aquele Vereador referiu que se fez um investimento no ordem dos trinta a trinta e cinco mil contos em S. Jacinto e a população daquela zona não dá a devida importância ao facto dado que não requerem as ligações dos ramais domiciliários para usufruírem do equipamento montado. Mais considera que as afirmações feitas pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo e referentes à problemática do abastecimento de água ao concelho não estão correctas já que não seria possível proceder ao alargamento da rede sem primeiro lançar as infraestruturas de apoio, nomeadamente um projecto global, captações de água e montagem do sistema de armazenamento, infraestruturas que não existiam no concelho de Aveiro, o que traduz as preocupações e dedicação manifestadas pela Câmara ao problema da distribuição de água.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para manifestar a sua congratulação pela compra da "Casa Liberal" e sugerir que seria uma boa oportunidade para se tentar resolver o problema das instalações para a Delegação Escolar. Ainda no âmbito da problemática do ensino primário, perguntou qual é a posição da Câmara quanto ao que se refere aos problemas de aquecimento e dos subsídios de limpeza das escolas primárias.

No âmbito da actividade dos Serviços Municipalizados perguntou se já há definição quanto à data da ligação do saneamento de S. Bernardo

13.  
*[Handwritten signature]*

e qual é o montante correspondente à taxa de ligação dos ramais domiciliários do saneamento. Mais perguntou se é da responsabilidade da Câmara a vedação de um terreno sito junto da Danka! já que o mesmo é propriedade privada e o proprietário desconhece de quem tenha sido tal iniciativa.

Relativamente ao sector dos transportes colectivos refere que, feito a alargamento das carreiras, a zona de S. Bernardo deixou de ser servida por uma carreira própria. Ora, dado o aumento natural das populações, aquela zona passou a ser servida em péssimas condições.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se ao problema da circulação de carros pesados portadores de matérias altamente perigosas pelas artérias da cidade, perguntou se a Câmara não poderá tomar providências no sentido de proibir totalmente a circulação daqueles veículos pelas artérias da cidade a partir da conclusão das obras do prolongamento da Avenida Artur Ravara e da sua ligação à E.N.109/7.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara considera que as instalações da "Casa Liberal" poderão ser uma hipótese para solucionar o problema da Delegação Escolar, mas que, previamente, terá que ser feito um levantamento do espaço ocupável.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng<sup>o</sup>. Sequeira Pereira informou que a ligação do saneamento de S. Bernardo depende da montagem do equipamento da estação elevatória do N<sup>o</sup>-Sul, que já foi adjudicado e cuja obra já se encontra executada. Mais informou que o valor do ramal de ligação à rede geral do saneamento corresponde aos gastos da execução directa de cada um enquanto que a taxa de ligação do saneamento é calculada através do valor atribuído pelas Finanças ao prédio para efeitos de contribuição predial, existindo, ainda, a taxa de conservação como contribuição anual.

Quanto aos problemas apresentados relativamente às precárias condições em que é servida a população da área de S. Bernardo pelos autocarros dos Transportes Colectivos dos Serviços Municipalizados aquele Vereador informou que, embora se façam desdobramentos às carreiras normais, os mesmos nem sempre são eficazes, pelo que uma das medidas que vai ser tomada será a de servir aquela zona por um dos autocarros articulados que se vão adquirir.

Seguidamente, o Vereador Eng<sup>o</sup>. Vitor Silva, reportando-se à problemática do aquecimento das escolas primárias, informou que já se procedeu ao levantamento da situação, tendo-se verificado existirem algumas escolas equipadas com aquecimento a gás. Porém e porque poderá ser considerado menos perigoso e de mais fácil manejo, vai ser presente à Câmara uma proposta no sentido de se dotarem as restantes com aquecedores eléctricos.

July 14

De seguida, tomou a palavra o Vogal Eugénio Neves para referir que, sendo o lugar da Costa do Valado desde há muito considerado como um dos primeiros a ser dotado com o ensino pré-primário e para o que já existem instalações adequadas, perguntou porque motivo tal não se verificou aquando da criação de outros lugares no concelho.

No âmbito do sector do abastecimento de água, aquele Vogal começou por informar que a Junta de Freguesia de Oliveirinha mandou proceder à análise da água das fontes existentes na sua área, tendo-se verificado que apenas uma fornecia água pura, quatro água potável e as restantes água impropria para consumo. Assim, e porque o abastecimento de água se prevê venha a ser feito ao lugar da Costa do Valado, perguntou se está programado o abastecimento a outros lugares daquela freguesia.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Ernesto Barros para se reportar às obras do prolongamento da Avenida Artur Ravara e alertar para uma situação de rotura do pavimento da mesma, sugerindo que fosse efectuada uma fiscalização mais acentuada para que se possam evitar situações embaraçosas após a conclusão das obras, dado que aquela artéria se reveste de grande importância para a cidade.

Relativamente à problemática das urbanizações, aquele Vogal manifestou o seu apoio quanto à iniciativa da Câmara no que se refere à compra, urbanização e venda de lotes para auto-construção a preços acessíveis aos munícipes. Quanto à urbanização da zona da Avenida 25 de Abril, considera que se tem permitido construir garagens subterrâneas mas elevadas em relação à cota normal dos terrenos o que impede a utilização da área descoberta para outros fins, nomeadamente para zonas verdes ou estacionamento automóvel.

Quanto à solução encontrada para estacionamento dos camiões TIR, considera não ter sido a ideal porquanto o Largo do Côjo se encontra comprometido com o Mercado Abastecedor e como zona de estacionamento de apoio à cidade, pelo que sugeriu que o referido estacionamento fosse transferido para os terrenos sitos junto da passagem inferior da Forca, dadas as excelentes condições de acesso.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal considera lamentável que o Edifício Torre da Quinta do Canha não esteja dotado com as necessárias condições de segurança, pelo que sugeriu que no mesmo fossem aplicadas escadas de emergência exteriores, por ser uma solução de fácil aplicação e não muito dispendiosa.

Também no uso da palavra, o Vogal António Granjeira consi-

15  
[Handwritten signature]

dera que o mais importante é que as piscinas venham a ser construídas, situação garantida desde que as mesmas fossem de âmbito municipal. Assim pergunto se aquela garantia era assegurada mesmo que venham a ser construídas pelo Beira-Mar.

Analisando, tecnicamente, o projecto, que considera excelente, considera que as profundidades médias projectadas são exageradas mesmo que aquelas venham a ser utilizadas em competição, o que equivale a maiores dispêndios quer em energia quer na execução da obra, pelo que seria oportuno proceder à revisão prévia do projecto, tendo o Presidente da Câmara solicitado àquele Vogal que procedesse ao envio daquelas notas para a Câmara, por escrito, pese embora o facto de a Câmara já não estar a controlar o processo.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que os terrenos sitos junto da passagem inferior da Forca não são património municipal pelo que não seria possível transferir para os mesmos o parque de estacionamento dos camiões TIR, bem como informou que não serão licenciados quaisquer pedidos de construção de garagens subterrâneas com cotas superiores às do pavimento natural.

Concluindo a sua intervenção, informou que foram feitas as devidas reclamações junto da Delegação Escolar por não ter sido criado o lugar da Costa do Valado para o ensino pré-primário, informando, ainda, que a Câmara se propõe proceder ao alargamento da rede de abastecimento de água às zonas com maiores problemas de inquinação de águas ou de falta de água, nomeadamente às zonas das Quintãs, Costa do Valado e outras zonas de Oliveirinha.

De imediato, o Presidente informou que a Mesa aceitou a proposta apresentada pelo Vogal António Correia da Silva, atrás transcrita, submetendo-a, assim, à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº. 2 - APRECIACÃO DO REGULAMENTO DA FEIRA DE MARÇO (Deliberação da Câmara Municipal de 3.12.84):- Sobre a matéria em epígrafe, tomou a palavra o Presidente para apresentar proposta da Mesa no sentido de ser criada uma Comissão de análise do documento, tendo a mesma obtido o consenso do Plenário.

Assim, a referida Comissão ficou constituída do seguinte modo: APU-ANTÓNIO CORREIA MARQUES DA SILVA; PS-HELDER OLIVEIRA DOS SANTOS FILIPE; PSD-MARIA ANTÓNIA CORGA VASCONCELOS DIAS PINHO E MELO; CDS-HENRIQUE MANUEL MARQUES DOMINGOS.

Mais propôs o Presidente que o trabalho produzido pela Comissão viesse a ser considerado definitivo para a aprovação quer na generalidade quer na especialidade, tendo obtido consenso da Assembleia aquela proposta.

Entretanto os trabalhos foram interrompidos para o almoço.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Pelas 14 horas e 30 minutos, verificaram-se as seguintes presenças: Francisco Fernando da Encarnação Dias, Francisco José Ferreira de Carvalho, Henrique Manuel Marques Domingos, Antônio Rodrigues Garcês, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Antônio Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Helder Oliveira dos Santos Filipe, João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Antônio Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Antônio Henriques Sancho, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, José Luis Rebocho Albuquerque Cristo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo Antônio Ramalheira, Antônio Manuel Carvalho Serra Granjeira, Fernando da Conceição Mendes, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, João Pereira Soares, Antônio Rocha Dias de Andrade, Maria Fernanda Figueiredo Gonçalves Neves, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Ester da Conceição Rocha Martins, Antônio Manuel de Almeida Alves, Rui José Gomes de Brito, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Lúcio de Jesus Lemos, Antônio José Valente, Silvério Conde Teixeira, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Jaime Rodrigues Machado, Manuel Simões Madail, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Celestino Alberto dos Santos Antunes, Antônio Ferreira da Silva e Manuel Gaspar Fernandes.

Conforme determina o nº. 1 do Artigo 79º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, as reuniões dos órgãos das autarquias locais não terão lugar quando não esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

Em face do exposto e dado que as presenças registadas não satisfazem os requisitos legais acima citados, não foi possível retomar os trabalhos da presente reunião.

Assim e nos termos do nº. 2 do Artigo 79º. do Decreto-Lei acima citado, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários conforme preceitua o Artigo 42º. do mesmo Decreto-Lei.

*Francisco*  
*Antônio*  
*Secretário*